

CARTOGRAFIA SOCIAL NA MALHA FLUVIAL DA GRANDE ARACAJU/SE: UM MERGULHO NAS ÁGUAS DO RIO DO SAL

Antonio Lucas Andrade Mendes¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo desenvolver uma análise antropológica centrada nas dinâmicas sociais das populações que vivem nas áreas ribeirinhas de Aracaju e sua região metropolitana, especialmente nas comunidades cujas vidas estão diretamente ligadas às águas do Rio do Sal. Essas populações, historicamente invisibilizadas pelas políticas públicas, apresentam modos de existência marcados por fortes vínculos com o território, com o trabalho, com as práticas culturais e com os ciclos das águas. Embora a escolha de Aracaju como capital tenha ocorrido por razões logísticas ligadas ao rio Sergipe, é fundamental destacar que foram as comunidades ribeirinhas que sustentaram, com seus saberes e práticas, parte importante da formação social da cidade. A análise propõe uma revalorização dessas experiências sociais, entendendo os rios não apenas como elementos naturais, mas como espaços de vida, memória e resistência. A partir da observação das territorialidades marginalizadas, busca-se construir uma cartografia social capaz de revelar trajetórias, redes de solidariedade, conflitos e estratégias de sobrevivência. O trabalho defende, assim, o reconhecimento do papel ativo dessas populações na construção da cidade e a importância de se ouvir suas vozes na formulação de políticas públicas mais justas e sensíveis às realidades locais.

Palavras-chave: Populações ribeirinhas, territorialidade, Aracaju.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de vida, embora aparentemente simples, figura entre as questões mais complexas e debatidas nas ciências biológicas e humanas, permanecendo como um desafio epistemológico tanto no campo ontológico quanto no funcional. Mesmo entre

¹Graduando do curso de licenciatura em Geografia, Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: lucxsmendes@gmail.com

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

biólogos, não há consenso definitivo sobre o que caracteriza a vida, sendo frequente a adoção da definição clássica presente em dicionários e obras introdutórias, que a compreende como propriedade dos organismos que “nascem, crescem, reproduzem-se e morrem” — o chamado “ciclo da vida”. Contudo, tal concepção, de base predominantemente ocidental, revela-se insuficiente para abarcar a multiplicidade de cosmovisões que orientam outras formas de perceber o mundo (MORIN, 1997).

Entre diversas sociedades indígenas, por exemplo, rios são concebidos como entidades dotadas de ciclos vitais, memória e agência, desempenhando papéis centrais nas relações sociais, espirituais e econômicas. A própria terminologia empregada nas línguas nativas, como o uso de “nascente” para designar o ponto de origem de um rio, evidencia a associação simbólica entre o fluxo das águas e o ciclo da existência. Tal concepção é também observada nas narrativas caiapós, nas quais rios e seres aquáticos transmitem saberes, práticas culturais e cosmologias, configurando uma relação de reciprocidade e pertencimento entre humanos e não humanos (SANTOS, 2007).

Pesquisas etnográficas demonstram que, em diferentes contextos culturais, os rios não são concebidos apenas como corpos hídricos inertes ou recursos naturais, mas como “entidades dotadas de memória e intencionalidade”, estruturando relações de sociabilidade, redes de cuidado e formas de resistência (ALMEIDA, 2008; TSING, 2019). Essa perspectiva simbólica dialoga com a história socioambiental de Aracaju, cidade fundada sob o signo da modernidade, cujo planejamento inicial, conhecido como “Quadrado de Pirro”, implicou no aterramento de mangues, apicuns e alagadiços que caracterizavam sua paisagem original (PORTO, 1991). A escolha do sítio urbano esteve vinculada às condições geográficas e topográficas favoráveis para a instalação de um porto, visando ao escoamento da produção açucareira do Vale do Cotinguiba, mas também resultou na reconfiguração radical de ecossistemas estuarinos e fluviais (SILVA, 2013).

Desde os relatos de viajantes como Avé-Lallemant (1859), que registra “a falta de boa água potável” e as condições sanitárias precárias da recém-instalada capital, até as análises posteriores de autores como Cabral (1955) e Sebrão Sobrinho (1955), a malha fluvial de Aracaju é constantemente apontada como elemento estruturante do território e,

simultaneamente, como obstáculo material e simbólico para sua plena integração urbana. Manguezais, charcos e rios, embora essenciais para a subsistência de comunidades locais, foram historicamente tratados como espaços marginais ou insalubres, alvo de processos de aterramento e canalização (VILAR, 2002; ARAÚJO, 2006).

O território banhado pelo rio do Sal foi, e continua sendo, espaço de habitação para pescadores e outros grupos ribeirinhos, cujos modos de vida articulam atividades econômicas, práticas culturais e saberes tradicionais em estreita relação com as águas. Como observa Porto (1991), a presença dessas comunidades, muitas vezes invisibilizadas pelas estatísticas oficiais e pelas políticas públicas urbanas, remete à persistência de formas alternativas de habitar e de produzir sociabilidades, mesmo diante das pressões da urbanização.

Por fim, trata-se de reconhecer os rios e as comunidades ribeirinhas não como objetos neutros, mas como sujeitos-atores simbólicos e históricos, tal como Carolina Maria de Jesus se coloca como sujeito autoral e testemunha de um Brasil invisibilizado. Ao mesmo tempo, a produção de uma cartografia social do rio do Sal, que valoriza práticas ribeirinhas, saberes locais, conflitos e redes de solidariedade, responde à urgência de Morin de “religar” fragmentos dispersos — natureza e cultura, visibilidade e invisibilidade, local e planetário.

Este trabalho, portanto, propõe-se a investigar as experiências sociais mediadas pelas águas do rio do Sal, compreendendo-o não apenas como recurso natural, mas como “categoria relacional” que estrutura territorialidades específicas (TSING, 2019). Trata-se de reconstituir a história social das comunidades que habitam suas margens, mapear as redes de sociabilidade e os mecanismos de resistência que emergem desses espaços e, por fim, analisar como tais dinâmicas se articulam aos processos mais amplos de exclusão, pertencimento e produção de saberes locais.

2. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo geral desenvolver uma análise antropológica das múltiplas dimensões que estruturam os modos de existência das populações ribeirinhas de Aracaju e sua região metropolitana, tomando o rio do Sal como objeto

privilegiado de reflexão. A antropologia das águas, ao propor uma leitura que ultrapassa o entendimento do rio como mero recurso natural, orienta a investigação no sentido de apreender suas dimensões simbólicas, materiais e relacionais, reconhecendo o fluxo das águas como agente que participa da configuração das experiências sociais.

Como afirma Ingold (2011, p. 132), “a água não é apenas substância, mas meio de vida, elemento que molda práticas, movimentos e sentidos”, o que permite compreender o rio do Sal como espaço vivo, co-constituído por humanos e não humanos. Nessa perspectiva, a pesquisa pretende identificar as zonas populacionais que margeiam a malha fluvial e reconstituir os processos históricos de ocupação dessas margens, entendendo como a presença do rio condicionou formas de assentamento e inspirou a criação de redes de sociabilidade, solidariedade e práticas culturais que se reinventam cotidianamente.

Acompanhando as dinâmicas culturais dos moradores, busca-se também revelar estratégias astuciosas de habitar e resistir em territórios tensionados por processos de especulação imobiliária e por políticas de gestão urbana que frequentemente desconsideram as necessidades locais. Como destaca Little (2002, p. 12), a cartografia social se apresenta como “instrumento político e cognitivo capaz de representar territórios a partir da visão e do saber dos próprios sujeitos que os habitam”, razão pela qual sua utilização neste estudo é central para mapear não apenas a distribuição espacial das comunidades, mas sobretudo as relações entre humanos, águas, peixes, manguezais e outros seres que compõem o território do rio do Sal.

Essa metodologia participativa permite evidenciar conflitos e tensões entre ribeirinhos, assim como clivagens envolvendo o poder público, mas também revela formas de cooperação e de criação coletiva do espaço. Além disso, o estudo busca registrar manifestações artístico-culturais de caráter festivo que guardam estreita relação com o ecossistema aquático, como práticas rituais e celebrações vinculadas ao calendário das marés. Nesse sentido, retoma-se a reflexão de Morin (2001, p. 45) quando afirma que “a vida social é inseparável da vida natural, pois ambas se enredam em uma mesma trama de complexidade”, permitindo compreender como a água atravessa e reconfigura as formas de sociabilidade.

Por fim, ao analisar as representações que os sujeitos elaboram sobre si mesmos e sobre sua condição na cidade, a pesquisa busca não apenas descrever realidades, mas reconhecer como memórias, afetos e resistências se articulam na experiência ribeirinha. O registro textual e imagético dessa realidade pretende contribuir para a construção de uma narrativa que reconheça o rio do Sal como território vivo e relacional, reafirmando a centralidade da água na produção de mundos sociais. Assim, compreender o rio do Sal implica adotar uma abordagem que integre dimensões históricas, geográficas, antropológicas e simbólicas. Ao mesmo tempo em que carrega marcas do processo de modernização e da transformação ambiental que moldaram Aracaju, o rio mantém vivas formas singulares de interação entre território e cultura, evidenciando o que Morin (1997) chama de “elo entre passado e presente, natureza e cultura”.

3. METODOLOGIA

“Os fenômenos da água iluminada por um sol de primavera proporcionam assim metáforas comuns, fáceis, abundantes, que sustentam uma poesia subalterna. Os poetas secundários abusam delas”. (BACHELARD, 2018, p. 21). Rotineiramente uso dessas metáforas, porém, atribuir vida aos rios, nesse sentido, não é uma metáfora, mas uma afirmação ontológica que reflete modos de viver nos quais a água é fonte de sustento material e entidade relacional. Esse reconhecimento implica, do ponto de vista antropológico e político, em rever a forma como os corpos hídricos são tratados pelas instituições e pelas políticas públicas.

A conquista da intimidade, quando se dá em âmbito comunitário, permite o acesso a informações relevantes para o conhecimento de uma realidade específica e para a compreensão dos contextos coletivos. Nesse sentido, Lakoff (1980) destaca o papel fundamental das metáforas na interpretação das experiências vividas, ao afirmar que “descobrimos que nossos conceitos de objetos, assim como nossos conceitos de acontecimentos e atividades, emergem de maneira natural de nossa experiência no mundo” (LAKOFF, 1980, p. 163).

Aqui, por meio da revisão bibliográfica e também das visitas de campo em locais específicos que margeiam o curso d’água, pretende-se contribuir para o debate acerca da centralidade das águas na produção da vida social, afirmando a importância de reconhecer

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

os rios não apenas como infraestrutura natural ou paisagística, mas como agentes constituintes de histórias, memórias e identidades que resistem à homogeneização do urbano. A pesquisa será conduzida de forma direta junto às comunidades ribeirinhas, tendo como eixo central a observação participante, etapa na qual serão aplicados questionários destinados à caracterização do perfil socioestrutural dos grupos investigados. Em seguida, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com interlocutores selecionados a partir do levantamento inicial, privilegiando sujeitos que, em função do tempo de permanência no território, possuem conhecimento aprofundado sobre a realidade local. De maneira complementar, será adotado o método da história de vida com os membros mais antigos das comunidades, estratégia que possibilitará apreender de forma mais densa os significados de pertencimento e as memórias que estruturam a experiência social nesses espaços.

Diante do que foi exposto, este trabalho vai buscar tecer uma análise antropológica dos modos de existência das populações que habitam as margens do rio do Sal, destacando as experiências sociais que emergem da relação cotidiana com as águas. Ao considerar o papel central do rio na formação da cidade e a importância das comunidades ribeirinhas como sujeitos históricos e sociais, busca-se reconstituir a trajetória sociocultural dessas populações e evidenciar o papel do rio enquanto elemento organizador de suas experiências sociais. A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa de caráter etnográfico, voltada à compreensão das dinâmicas sociais, culturais e territoriais das populações ribeirinhas do rio do Sal.

O trabalho envolve pesquisa bibliográfica e documental, além da construção de uma cartografia social que permita evidenciar trajetórias, práticas cotidianas, formas de resistência e relações de poder presentes na região. Serão realizadas observações de campo e registros narrativos, buscando captar não apenas as dimensões materiais do território, mas também as representações simbólicas que estruturam o modo de vida das comunidades estudadas.

A pesquisa científica, ao buscar compreender fenômenos sociais e ambientais, exige uma abordagem que respeite a complexidade das realidades estudadas. Neste campo, a exigência se intensifica, pois não se trata apenas de analisar os usos objetivos

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

da água, mas de compreender os significados simbólicos, afetivos e cosmológicos atribuídos a ela por diferentes coletividades. A ciência, conforme destaca Meadows (1999), é movida por uma curiosidade intrínseca à experiência humana, funcionando como um processo social coletivo, construído por meio do trabalho e da cooperação entre sujeitos. Essa dinâmica é potencializada pela capacidade de inovação, como indicam Maia e Caregnato (2008), ao ressaltar que o conhecimento é construído de forma multidimensional, em constante transformação, tendo a pesquisa como instrumento central desse movimento evolutivo.

No campo da antropologia das águas, essas reflexões se tornam ainda mais relevantes. A investigação científica nesse domínio exige não apenas o rigor metodológico, mas também uma postura sensível às complexidades culturais, simbólicas e ecológicas que envolvem as relações humanas com os ambientes aquáticos. Compreender as águas como agentes socioculturais — que estruturam territórios, produzem sentidos e afetam modos de vida — exige um deslocamento epistemológico. Isso implica reconhecer a ciência não como um saber fechado, mas como um campo plural, como destaca Schwartzman (2001), ao apontar que ela pode ser compreendida tanto como um acervo de conhecimentos acumulados quanto como uma atitude metodológica aberta à incorporação de novas práticas, conceitos e cosmologias. Assim, a antropologia das águas não apenas contribui para expandir os horizontes da ciência, mas também reposiciona a água como sujeito de relações e elemento estruturante de mundos.

Ao mobilizar referenciais da antropologia urbana e da antropologia das territorialidades, busca-se compreender como esses grupos constroem e atualizam seus vínculos com o espaço, em meio a contextos de marginalização urbana e reconfiguração das políticas públicas. Quando deslocamos o olhar para além do paradigma ocidental moderno — que dissocia natureza e cultura, sujeito e objeto — torna-se possível compreender que os rios participam de redes complexas de significação.

De acordo com Santos (2001), a pesquisa científica constitui-se como uma atividade intelectual intencional voltada à compreensão e transformação da realidade social. Trata-se de um esforço sistemático orientado à investigação de fenômenos, ao conhecimento e à produção de sentidos sobre o mundo que nos cerca. Nesse processo, a

pesquisa bibliográfica desempenha papel central, ao permitir o mapeamento do que já foi produzido em determinada área do saber, favorecendo o amadurecimento intelectual e a formulação de novas questões e perspectivas.

No contexto da cartografia social, a pesquisa assume ainda uma dimensão ética e política, pois busca reconhecer os saberes e experiências de comunidades que constroem suas existências em íntima relação com os territórios aquáticos. A investigação bibliográfica, nesse sentido, não se limita à sistematização de conhecimentos acadêmicos prévios, mas funciona como uma etapa inicial para dialogar com outras epistemologias — especialmente aquelas que emergem de povos ribeirinhos, que margeiam o rio do Sal.

Assim, mapear cientificamente não é apenas localizar informações, mas desenhar, com escuta e atenção, as tramas simbólicas, culturais e ecológicas que tornam os rios elementos constitutivos de modos de vida. A pesquisa, portanto, não é um fim em si mesma, mas um instrumento de articulação entre saberes, sujeitos e territórios.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4. 1. Uso e ocupação das margens do rio do Sal

O histórico de uso e ocupação das terras que são banhadas pelo rio do Sal revela uma trajetória marcada por distintas fases de interação entre populações humanas e o ambiente fluvial, demonstrando como a vida ribeirinha se articulou ao longo do tempo com os ciclos naturais e as transformações socioeconômicas da região.

Inicialmente, o rio constituiu-se como espaço de reprodução material e simbólica das populações tradicionais, que exploravam suas águas para pesca artesanal, coleta de mariscos e transporte, desenvolvendo formas de sociabilidade estreitamente ligadas ao ecossistema. Nesse contexto, pode-se compreender que as margens do rio do Sal eram vividas em uma dimensão de abundância e interdependência, evidenciando a lógica de coabitação com o ambiente natural descrita por Diegues (2000, p. 45), segundo a qual “as populações tradicionais elaboram formas singulares de territorialidade a partir de sua relação com os ciclos naturais”.

A segunda fase, marcada pela expansão urbana de Aracaju a partir da segunda metade do século XX, trouxe consigo intensas pressões sobre as margens do rio. O crescimento demográfico e a especulação imobiliária transformaram progressivamente a paisagem, deslocando populações ribeirinhas e reconfigurando modos de vida historicamente estabelecidos. Nesse período, o rio do Sal passou a ser ocupado não apenas como espaço de subsistência, mas também como recurso explorado economicamente, com a intensificação de atividades como a carcinicultura e a construção de habitações de baixa renda, especialmente nos bairros Porto Dantas, Bugio e Lamarão. A análise de Milton Santos (2006, p. 104) evidencia essa tensão ao afirmar que “o espaço urbano é um campo de forças em que se confrontam racionalidades hegemônicas e práticas sociais de resistência”, elucidando a maneira como os ribeirinhos tiveram de elaborar estratégias de permanência diante de um contexto adverso.

Ao longo das décadas seguintes, essas transformações foram acompanhadas por uma perda gradual de práticas tradicionais, deslocamentos e apagamento cultural. A substituição das salinas por habitações e viveiros de camarão, a diminuição da pesca artesanal e da mariscagem e a pressão do Estado e da iniciativa privada sobre os territórios ribeirinhos exemplificam um processo de desterritorialização contínua. O bairro Porto Dantas, por exemplo, começou a se consolidar justamente com o fim das antigas salinas nas décadas de 1970 e 1980, onde essas áreas passaram a abrigar populações de baixa renda, alterando irreversivelmente a relação histórica com o rio. Nesse sentido, Ingold (2011, p. 132) alerta que “habitar é tecer relações contínuas com o ambiente em fluxo”, evidenciando que a transformação do território do rio do Sal não apenas modificou a paisagem física, mas também interferiu nos modos de vida e na transmissão de saberes tradicionais.

Paralelamente, a construção de conjuntos habitacionais, como o Bugio, materializou uma ocupação residencial permanente, marcada por uma transição de uma lógica de uso do rio para uma lógica urbana, em que a racionalidade econômica e o planejamento hegemônico passaram a predominar. Essa mudança repercutiu diretamente sobre a população tradicional, que, além de deslocada, passou a enfrentar dificuldades para manter suas atividades econômicas e culturais. Rabelo (2010, p. 163) descreve fenômenos análogos em outras áreas de Aracaju, mostrando que processos de

remodelação urbana, voltados à valorização imobiliária, resultaram na expulsão de comunidades ribeirinhas e na invisibilização de saberes ligados à água.

O rio do Sal, nesse sentido, evidencia como a interação entre passado e presente se constrói por sobrepostas temporalidades: desde os usos tradicionais ligados à pesca e à produção de sal, passando pela urbanização e expansão habitacional, até os conflitos contemporâneos envolvendo políticas públicas, iniciativas privadas e resistência comunitária. As narrativas coletivas, as cartografias sociais e os registros imagéticos assumem papel crucial nesse contexto, pois permitem compreender não apenas a ocupação física do território, mas também as relações de poder, a memória e os saberes incorporados pelas populações ribeirinhas (Almeida, 2003, p. 22).

Dessa forma, o histórico de uso e ocupação das margens do rio do Sal revela um contínuo entre conservação e transformação, resistência e expulsão, tradições e modernidade, evidenciando que compreender essas temporalidades é essencial para pensar políticas de preservação cultural, ambiental e social. Como enfatiza Morin (2001, p. 45), “a complexidade do humano não pode ser dissociada da complexidade natural”, sendo a história do rio do Sal um exemplo claro de como os modos de vida humanos se entrelaçam inseparavelmente com os processos naturais e as intervenções urbanas. A análise cronológica das ocupações, usos e conflitos ao longo do tempo permite, assim, apreender as dinâmicas complexas que moldaram a paisagem ribeirinha e possibilitam a reflexão sobre futuras estratégias de sustentabilidade e valorização dos saberes tradicionais.

4. 2. Pescando Memórias: uma experiência de resgate histórico e social

O povoado de São Braz, localizado no município de Nossa Senhora do Socorro, a aproximadamente 25 km de Aracaju, constitui um exemplo significativo da articulação entre memória, identidade e território no contexto da cartografia social. Banhado pelo rio do Sal e pelo riacho do Moleque, o território possui raízes históricas que remontam à década de 1940, quando sua ocupação inicial se deu por meio de três cabanas de pescadores e uma fazenda de sal. Atualmente, a comunidade é composta por cerca de 50 moradias e tem na carcinicultura uma de suas principais atividades econômicas.

Nesse contexto, destaca-se o projeto Pescando Memórias, idealizado por Isabela Bispo e Givanildo dos Santos, com o intuito de resgatar a história local e fortalecer os laços identitários da população. Trata-se de uma iniciativa de base comunitária que promove ações voltadas à educação ambiental, preservação das águas e valorização dos saberes tradicionais. O projeto evidencia o papel central que a memória coletiva desempenha na construção de uma cartografia social crítica, ao integrar aspectos ambientais, culturais e sociais em torno da defesa do território (SANTOS, 2006).

Ao considerar o território como um espaço vivido, praticado e simbólico, tal como propõe Milton Santos (2006) e Claude Raffestin (1993), o “Pescando Memórias” transforma a vivência cotidiana em ferramenta política. A noção de território aqui extrapola os limites físicos, sendo compreendida como expressão das relações de poder, das afetividades e das práticas sociais que se enraízam na paisagem. Como argumenta Haesbaert (2004), a territorialidade é marcada por múltiplas dimensões — simbólica, material, política — que são constantemente disputadas, sobretudo em contextos de vulnerabilidade socioambiental.

Nesse sentido, faremos uma relação do projeto com o pensamento de Anna Tsing (2019), quando a autora propõe pensar a vida nas ruínas do capitalismo e do desenvolvimento ambiental predatório. A partir de uma perspectiva multiespécie, Tsing convida a observar como humanos, rios, mariscos, peixes, plantas e outros seres compartilham o território em relações interdependentes. Enquanto isso, o projeto se insere na lógica de fomentar uma convivência sensível e regenerativa com os ecossistemas aquáticos e com os saberes ribeirinhos, contrapondo-se às dinâmicas destrutivas do antropoceno, ampliando o escopo da cartografia social e permitindo visibilizar também os vínculos afetivos e simbióticos entre os habitantes humanos e não humanos do rio do Sal.

Além disso, o projeto concretiza-se por meio de oficinas práticas e ações culturais que envolvem toda a comunidade. Atividades como o ensino de crochê, macramê, boas práticas alimentares, capoeira, uso de madeira para embarcações e customização de sandálias promovem geração de renda, especialmente para mulheres e jovens. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas foram beneficiadas direta ou indiretamente pelas ações do

projeto, o que reforça seu impacto social e educativo. Nesse caso, a cartografia social vai atuar, não só como ferramenta metodológica, mas também como política de visibilização das vozes silenciadas, permitindo que os próprios sujeitos representem seus territórios a partir de seus valores, experiências e afetos.

Como destaca Harvey (2005), os mapas não são neutros: produzem realidades, disputam sentidos e legitimam narrativas. Ao construir seu próprio “mapa” do lugar, a comunidade do São Braz produz uma representação contra-hegemônica, marcada pela memória oral e pelas tradições culturais, reconhecendo o território como herança coletiva (CUNHA, 2009).

A situação do São Braz não é isolada. Conforme aponta Almeida (2008) em sua dissertação sobre os manguezais de Aracaju, o avanço urbano-industrial na região provocou a degradação sistemática dos ecossistemas costeiros, sobretudo em áreas pobres e racializadas. O autor denuncia o apagamento das relações tradicionais com o mangue e os rios em nome de projetos de “desenvolvimento” que beneficiam poucos. A história ambiental da região, portanto, é também a história de uma resistência: frente à devastação, surgem práticas como as do “Pescando Memórias”, que reativam os vínculos com a terra, com as águas e com as formas de vida ribeirinhas.

Em uma dessas visitas ao povoado São Braz, comecei a coletar relatos como o de Gilmaria de Andrade Cruz Santos, moradora do povoado, que demonstram a eficácia das ações em provocar transformações concretas. Ao participar de um curso de culinária oferecido pelo projeto Pescando Memórias em sua própria sede, Gilmaria conta que superou limitações pessoais causadas por transtornos emocionais e passou a garantir melhores condições alimentares para seus filhos, além de desenvolver perspectivas de futuro. A antropologia, ao tratar das formas de organização simbólica e cotidiana de populações tradicionais, contribui para a compreensão dessas práticas como formas legítimas de conhecimento e resistência (GEERTZ, 2008; OLIVEIRA, 1999).

Entretanto, os moradores do São Braz enfrentam ameaças constantes advindas da especulação imobiliária, da expansão de empreendimentos industriais e da negligência estatal. Tais processos configuram situações de racismo ambiental, conceito que denuncia a distribuição desigual dos impactos ambientais sobre populações vulnerabilizadas,

sobretudo negras, ribeirinhas e periféricas (ACSELRAD, 2004). Sendo assim, a comunidade tem buscado meios de resistir por meio da valorização do próprio território e de estratégias autônomas de geração de renda, em meio às ruínas de modelos urbanos excludentes, o projeto demonstra que há outras formas de habitar e construir territórios — formas que respeitam os ritmos da vida local e as relações com a natureza, humanas e não humanas.

4. 3. O território banhado pelo rio do Sal

A trajetória da urbanização na cidade de Aracaju (SE) está intrinsecamente relacionada à degradação dos ecossistemas naturais, em especial os manguezais. Segundo dados da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), em 2013, aproximadamente 11% do território da capital sergipana era ocupado por áreas de mangue. Contudo, esse ecossistema tem sido progressivamente comprometido pelo avanço urbano. De acordo com Duarte e Rezende (2019), o processo de urbanização, especialmente a partir da década de 1960, provocou impactos significativos sobre o ambiente litorâneo. Entre os principais fatores responsáveis pela degradação estão o desmatamento, o acúmulo de resíduos sólidos, o despejo de esgotos domésticos e industriais, a especulação imobiliária e a prática da pesca predatória.

A presença de manguezais em todo o curso do rio é notória, embora o ecossistema como um todo venha sofrendo processos gritantes de degradação. Sobretudo, a partir dos anos 1980, quando se verifica um boom habitacional nas áreas em que a presença dos mangues era mais ostensiva, como nos bairros João Alves, Soledade, Fernando Collor, Santos Dumont, Japãozinho, entre outros. Segundo Alves (2004), o crescimento da população, aliado ao desejo de progresso, foram os propulsores para os primeiros aterramentos em manguezais do município de Vitória, localizado no Espírito Santo, onde seu estudo vai compreender e descrever a relação estabelecida entre os moradores e o ecossistema do manguezal, com ênfase no saber prático dos caranguejeiros acerca da pesca e na forma como as dinâmicas climáticas influenciam as interações sociais locais. Além disso, a análise contempla as disputas pelo espaço, considerando que esses trabalhadores tradicionais se encontram em um território marcado por intenso processo de expansão urbana.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Na cidade de Vitória, assim como na região de Aracaju, esse crescimento populacional foi impulsionado por fluxos migratórios oriundos do interior, resultando na fixação de um grande contingente de pessoas nas áreas de mangue. Muitos desses novos habitantes não possuíam conhecimentos prévios sobre o ecossistema em que passaram a viver, o que gerou uma assimetria nas relações sociais: enquanto para catadores de caranguejo e pescadores artesanais o manguezal constituía a base de subsistência familiar, para os recém-chegados ele se reduzia à condição de espaço territorial disponível para habitação.

Em uma das incursões para coleta de relatos, acabei decidindo passar por um local onde já morei, antigo loteamento Santa Isabel, e pude vivenciar de que forma as ações do poder municipal serviram e servem para expulsar a população que exerce algum tipo de relação com o rio, seja através da pesca artesanal ou da carcinicultura, por exemplo, além da devastação de boa parte da cobertura vegetal da área de manguezal dos bairros Soledade e Lamarão. Tudo isso para que fosse possível a construção da Avenida Governador Marcelo Déda Chagas, que liga os bairros Bugio e Lamarão, cortando a região do bairro Soledade, bem como a construção do Conjunto Habitacional Carlos Pinna de Assis, o que representou a devastação de uma grande área de manguezal na margem direita do rio em nome do que o poder público insiste em chamar de desenvolvimento e progresso.

Andando pela região, além de revisitar algumas lembranças, pude fazer a comparação da paisagem por meio de memórias imagéticas que tenho de como era o local antes do rolo compressor da urbanização passar pelo território que, por muito tempo, chamei de meu lugar. A noção de paisagem, nesse contexto, não se limita à sua configuração física, mas também expressa uma construção cultural, vinculada à forma como essa realidade é percebida e significada socialmente. No caso brasileiro, o processo de formação e expansão dos aglomerados urbanos teve nos rios um elemento estruturante. Conforme destaca Gandara (2017, p. 7), em todas as capitais do país os cursos d'água assumiram papel central na organização do espaço urbano: "Nas margens dos rios brasileiros se estabeleceram núcleos, constituíram-se engenhos, fizeram penetrações horizontais e verticais do território."

Em suas pesquisas, Gandara (2017) destaca que os rios, ao longo do tempo, passaram por múltiplas transformações, tornando-se simultaneamente produtos e agentes da história. Sua análise articula as dimensões histórica, ambiental e memorial, evidenciando a complexidade da relação entre território fluvial e ambiente urbano. Para a autora, compreender os rios vai além de reconhecê-los como simples acidentes geográficos nos mapas; eles configuram suporte físico, constituem paisagem e expressam uma mediação dialética entre natureza e cidade. No contexto do Rio do Sal, essa perspectiva revela-se particularmente pertinente, pois o rio não apenas estruturou a ocupação de Aracaju, mas também molda as práticas cotidianas, as memórias e as formas de pertencimento das comunidades ribeirinhas. Assim, o rio do Sal deve ser entendido como um elemento central na construção social e cultural do território, integrando dimensões físicas, históricas e simbólicas da vida local.

Continuando minha caminhada, fui parar onde o Riacho do Palame, responsável pela grande concentração de viveiros de camarão no bairro Soledade, encontra o rio do Sal e, mais uma vez, me deparo com a ação do capital imobiliário moldando o espaço urbano e sufocando os corpos hídricos que banham a cidade. O local que antes eu costumava ir quando queria ficar rodeado de árvores ou só tomar um banho de rio, ainda que não fosse indiciado por conta da contaminação da água, virou um grande canteiro de obras a céu aberto nas margens de um dos meandros do rio do Sal. Dessa vez, a mata ciliar foi devastada para que dois condomínios pudessem começar a serem construídos: o Beira Rio Mais Viver e o Mirante Mais Viver. Dessa forma, percebemos como a urbanização de Aracaju, desde o seu surgimento, está diretamente atrelada à devastação de ecossistemas e marginalização de comunidades ribeirinhas.

Ainda no Riacho do Palame, fui ao encontro de Maria do Carmo, uma marisqueira que morava próximo a mim e muito me ensinou sobre como o rio se comporta e de que forma podemos nos relacionar com ele de uma maneira recíproca. Dona Maria, como costumava ser chamada, sempre me alertou que o rio que costumava encantar com a beleza de suas curvas era o mesmo que afogava as pessoas sem nenhuma piedade. Essa fala, que até hoje ecoa na minha cabeça todas as vezes que passo pelos entornos do rio do Sal, sempre me mostrou a dimensão da relação que Dona Maria tinha com aquelas águas.

Durante a entrevista, Maria do Carmo contou sobre como a construção da nova avenida não só aconteceu em detrimento da segregação de moradores que por muito tempo estiveram ali e já tinham uma certa relação afetiva e simbólica com o rio, como também provocou o abandono de vários viveiros de camarão que existiam no local, e por não receberem o devido tipo de tratamento ambiental, hoje formam uma ambiência pantanosa totalmente poluída, que evidencia a falta de atenção que essas regiões recebem do poder público, que parece mais preocupado em aterrar todo o manguezal que sobrou na região estuarina da Grande Aracaju. Além desses problemas, Dona Maria muito se queixou sobre o odor que essa nova configuração do espaço provocou na região, foi a partir disso que simbolicamente a experiência das comunidades do rio do Sal se relacionam com a obra de Carolina Maria de Jesus, que retrata a marginalidade urbana em São Paulo.

Ao descrever o espaço da favela como o quarto de despejo da cidade, Carolina revela uma lógica de exclusão que ressoa no contexto ribeirinho de Aracaju. Em seu diário, a autora escreve: “Às oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita... e quando estou na favela... sou um objeto fora do uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2007, p. 38). Esse trecho traduz a percepção de periferia como espaço do descartável, metáfora que pode ser aplicada ao entorno do rio do Sal, onde os efeitos da negligência estatal e da poluição convergem para a marginalização social. A autora também evidencia, de forma recorrente, as estratégias de sobrevivência cotidiana. Essa economia da sobrevivência aproxima-se da realidade das comunidades ribeirinhas, que transformam a relação com o rio em meio de subsistência e resistência, reafirmando a potência política dos territórios marginais.

Ainda sobre a contaminação da água do rio, foi interessante observar a partir dos questionários e dos relatos coletados, como a maioria dos pescadores sinalizaram que, apesar do rio conseguir manter boa parte da vegetação de suas margens, o mesmo não ocorreu com sua fauna, refletindo aquilo que Anna Tsing (2019) denomina como os “terrores na falta de habitabilidade”. Essa perspectiva evidencia como as alterações ecológicas não são apenas locais, mas articulam-se a processos globais, como a transferência industrial de organismos, a introdução de novos patógenos e a contaminação

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

química das águas, incluindo fertilizantes e poluentes que comprometem as ecologias de água doce.

Além disso, a mudança climática interrompe as coordenações interespécies, afetando diretamente a biodiversidade e ameaçando a subsistência das populações ribeirinhas, que dependem do rio como fonte de alimento e sustento. Nesse contexto, observa-se uma tensão entre a vulnerabilidade ambiental e as práticas de resistência social: os moradores transformam o rio em um espaço de sobrevivência e reorganização das relações de trabalho, conhecimento e pertencimento. Dessa forma, os impactos ambientais sobre o rio do Sal revelam-se inseparáveis das dimensões sociais, econômicas e culturais da vida local, tornando evidente a relação dialética entre ecologia e práticas humanas, bem como a necessidade de compreender o território a partir de suas experiências vividas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção da cartografia social do rio do Sal, ao valorizar práticas ribeirinhas, saberes locais, conflitos e redes de solidariedade, responde à necessidade apontada por Morin (2015) de “religar” dimensões fragmentadas — natureza e cultura, visível e invisível, local e planetário. Nesse sentido, reconhecer o rio e suas comunidades não como objetos neutros, mas como sujeitos históricos e simbólicos, aproxima-se do gesto de Carolina Maria de Jesus (2007), ao afirmar-se como autora e testemunha de um território marcado pela invisibilidade social.

A análise desenvolvida evidencia a interdependência entre território, modos de vida e transformações ambientais e urbanas. Os rios estruturam paisagens, práticas socioculturais e memórias, configurando-se como espaços de resistência. Tal como outros cursos d’água urbanos brasileiros, o rio do Sal expressa tensões entre preservação ecológica, expansão urbana e marginalização social. Compreendê-lo exige integrar dimensões históricas, ambientais, culturais e sociais, valorizando ecossistemas e saberes ribeirinhos que transformam o rio em espaço de vida e pertencimento.

A leitura do rio do Sal como território vivo revela trajetórias compartilhadas de silenciamento e resistência entre rios e comunidades marginalizadas. Assim como

Carolina Maria de Jesus ressignificou a favela como espaço de voz política, as populações ribeirinhas afirmam sua identidade ao se relacionarem com o rio como lugar de memória e sobrevivência. Tal entendimento amplia a perspectiva de cidadania planetária, mostrando que ela também se constrói a partir da valorização de territórios historicamente invisibilizados.

O rio do Sal transcende sua materialidade ecológica, constituindo elemento central da vida social, cultural e histórica das comunidades da região metropolitana de Aracaju. Ao longo do tempo, articulou saberes tradicionais, práticas culturais e estratégias de subsistência, atuando como recurso material, suporte simbólico e agente relacional. A expansão urbana, a especulação imobiliária e a degradação ambiental — especialmente dos manguezais — reforçam processos de marginalização e desterritorialização, afetando identidade e permanência ribeirinha.

Em contrapartida, iniciativas como o projeto “Pescando Memórias” demonstram a potência da memória coletiva, da cartografia social e das práticas comunitárias como instrumentos de resistência e afirmação territorial. Essas experiências revelam que as populações ribeirinhas não apenas se adaptam às mudanças socioambientais, mas recriam continuamente vínculos afetivos, simbólicos e sustentáveis com o rio. O rio do Sal emerge, assim, como território vivo e complexo, reforçando a importância de abordagens multidisciplinares sensíveis aos saberes locais.

Como afirma Ingold (2011), o mundo está em permanente formação, num fluxo que integra humanos, não humanos e materialidades, o que exige compreender rios e margens como realidades dinâmicas que demandam acompanhamento contínuo. Pesquisas futuras podem aprofundar as interações entre práticas culturais, territorialidades e dinâmicas socioambientais, dialogando com a antropologia das águas e com metodologias participativas que ampliem o protagonismo comunitário.

A cartografia social configura-se como campo fértil para novos desdobramentos, pois, conforme Almeida (2003), permite que grupos inscrevam no espaço suas narrativas, memórias e reivindicações. Estudos futuros podem incorporar geotecnologias e mapeamento colaborativo digital, articulando saber científico e conhecimento empírico,

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

além de registros audiovisuais e etnografias visuais que capturem a riqueza simbólica do cotidiano ribeirinho.

Diegues (2000) lembra que grupos tradicionais constroem modos de uso dos recursos naturais profundamente enraizados na história e no território, e captar esses conhecimentos é essencial para pensar alternativas sustentáveis de gestão das águas urbanas — sobretudo em regiões constituídas a partir de relações com o ambiente aquático, como Aracaju.

Do ponto de vista aplicado, pesquisas futuras podem subsidiar políticas públicas de valorização das populações ribeirinhas e preservação do ecossistema do rio do Sal, reconhecendo que, como ressalta Morin (2001), a vida natural e social compõem uma mesma trama complexa. A universidade, por meio de ações extensionistas, pode fortalecer práticas de educação ambiental, cultura e solidariedade comunitária. Estudos comparativos com outras comunidades ribeirinhas da Grande Aracaju e de cidades brasileiras podem ampliar a compreensão sobre especificidades e convergências dos modos de vida ligados às águas.

Por fim, destaca-se que a continuidade da pesquisa não deve restringir-se ao descritivo, mas avançar para uma etnografia processual capaz de acompanhar transformações e registrar como comunidades reelaboram práticas e resistências. Assim, futuros trabalhos podem aprofundar a compreensão do rio do Sal como território vivo e contribuir para construir alternativas coletivas de cuidado, permanência e defesa das águas urbanas.

Em síntese, compreender o rio do Sal implica reconhecer a interdependência entre humanos, águas e ecossistemas, valorizando dimensões materiais e simbólicas do rio, e destacando o papel central das comunidades ribeirinhas na produção e resistência desses territórios. O rio não é apenas recurso a ser gerido, mas sujeito ativo na construção de mundos socioculturais, cuja preservação exige atenção às complexidades históricas, ecológicas e humanas que o atravessam.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003.

ALMEIDA, F. C. **A história da devastação dos manguezais aracajuanos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

ALVES, André (Org.). **Os argonautas do mangue**. Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

ARAÚJO, R. S. de. **Manguezais de Aracaju: história, ecologia e ocupação urbana**. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade, 2006.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pela Província do Sergipe**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953 [1859].

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: Ensaio sobre a imaginação da matéria**. São Paulo: Martin Fontes, 2018.

CABRAL, J. **História de Aracaju**. Aracaju: Imprensa Oficial, 1955.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **Cultura com asas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2000.

DUARTE, Thiago; REZENDE, Viviane. **Degradação dos manguezais em Aracaju/SE (Brasil): impactos socioeconômicos na atividade de catador do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*)**. Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. 7, n. 1, p. 86–97, out. 2019.

GANDARA, Gercinair Silvério. **Rios: território das águas às margens das cidades: o caso dos rios de Uruaçu-GO**. Confins. Revista franco-brasileira de geografia, n. 31, 2017.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

INGOLD, Tim. **Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description**. London: Routledge, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAKOFF, G. **Metáforas de la vida cotidiana**. Madri: Catedra, 1980.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002.

MAIA, M. F.; CAREGNATO, S. L. Co-autoria: indicador de redes de colaboração científica. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 18-31, 2008.

MEADOWS, A. J. A. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

MORIN, E. **O método 1: A natureza da natureza**. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1997.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

PORTO, F. **Aracaju: história e urbanismo**. Aracaju: Nogueira, 1991.

RABELO, Josevânia Nunes. Enobrecimento Urbano do Bairro Treze de Julho em Aracaju: 1990 - 2000. *Revista TOMO*, São Cristóvão, n. 16, p. 158 - 195, jan/jul. 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

10ª ReACT

REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

PRÁTICAS GERMINANTES

06 a 10 de outubro de 2025

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, G. S. **Cosmologias indígenas e águas amazônicas.** Manaus: EDUA, 2007

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2006.

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil.** Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.

SILVA, J. R. **Urbanização e meio ambiente em Aracaju.** Aracaju: Ed. UFS, 2013.

SOBRINHO, S. A. **Aracaju: aspectos históricos e geográficos.** Aracaju: Tipografia do Comércio, 1955.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno.** Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VILAR, M. L. **Urbanização e recursos hídricos em Aracaju.** Aracaju: UNIT, 2002.